



Professores que Ensinam Língua Portuguesa e Professores de Outras Disciplinas: Um Estudo dos Usos Pronominais¹

Aline MARTINS²
Elias José MENGARDA³
Silvane Brand FABRIZIO⁴

Universidade Federal de Santa Maria, Frederico Westphalen, RS

RESUMO

Apresentamos nesse estudo uma análise dos processos comunicativos de dois grupos de sujeitos. O primeiro grupo é formado por professores de Língua Portuguesa e o segundo grupo, formado por professores que ministram outras disciplinas. O principal objetivo é verificar em que os dois grupos se diferenciam quanto aos usos pronominais. Acredita-se que o professor de português por ter uma formação específica e ensinar explicitamente a língua, mantenha um padrão de uso pronominal mais conservador, enquanto, o grupo de professores que não ministra aulas de português, apresentem um comportamento mais próximo do novo paradigma pronominal em formação. Os resultados do nosso estudo mostram uma tendência de uso dos pronomes você e a gente em ambos os grupos.

PALAVRAS-CHAVE: língua; professores; português; outras disciplinas.

1 INTRODUÇÃO

O objetivo deste estudo é verificar os usos pronominais dos professores de língua portuguesa e de professores de outras áreas ou disciplinas das escolas estaduais de Frederico Westphalen. A motivação da pesquisa surgiu a partir da compreensão de que a escola é o lugar privilegiado de aquisição do conhecimento, do respeito às variedades linguísticas e à diversidade cultural. A escola é também o espaço privilegiado para o aluno apropriar-se da língua padrão ou culta, podendo assim, ter melhores condições de participar do mercado de trabalho e realizar-se profissionalmente.

¹ Trabalho apresentado na Divisão Temática Interfaces Comunicacionais, da Intercom Júnior – Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do XIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação

² Estudante de Graduação do 5º semestre do Curso de Jornalismo CESNORS- UFSM, e-mail: allinimartins@gmail.com

³ Orientador do trabalho. Professor do Curso de Jornalismo CESNORS - UFSM, e-mail: eliasmengarda@yahoo.com.br

⁴ Colaboradora do trabalho. Técnica Administrativa CESNORS – UFSM, e-mail: sillbrand@hotmail.com



O conhecimento é historicamente dividido em disciplinas como matemática, português, geografia, história etc. A Língua materna, por exemplo, é aprendida desde o nascimento. No entanto, é na escola que a Língua Portuguesa é estudada de modo consciente ou explícito em seus níveis microestruturais (fonologia, fonética, morfologia, sintaxe e semântica) a fim de tornar a criança competente em leitura e escrita.

Se de um lado, os estudos centrados no sistema são necessários, por outro, a sua ênfase no sistema tem criado nos alunos resistências em relação ao seu estudo. Não são poucos aqueles que afirmam ter muitas dificuldades em relação à aprendizagem da língua portuguesa. Muitos têm sido os estudos linguísticos no intuito de criar metodologias que traduzam um ensino de língua eficiente.

Outro fator que merece atenção é a persistência de uma visão de que o ensino da Língua Portuguesa é exclusivamente tarefa do professor de língua portuguesa. Essa atitude parece ou pode eximir da tarefa do ensino e da aprendizagem da língua, os professores de outras disciplinas. Acredita-se que todos os professores deveriam, a partir de sua postura, independente de disciplina que lecionam, ter um papel ativo no cultivo da língua, sobretudo no que tange ao domínio da norma padrão e/ou culta escrita.

Embora, cada um de nós seja portador de uma variedade linguística particular, a escola é um espaço privilegiado de aquisição de conhecimentos e a língua é um desses conhecimentos que precisa ser adquirido e desenvolvido. O fato de a língua ser universal, todos nós temos de aprendê-la e usá-la adequadamente nos mais diversos contextos de comunicação.

Esse fator impele não apenas o professor de Língua Portuguesa, mas todos os professores a terem uma atitude ativa e positiva frente à necessidade de domínio da língua em seus níveis culto e/ou padrão seja oral ou escrito. O domínio da norma culta constitui um bem cultural para os alunos, pois, dessa forma, podem participar no competitivo mercado de trabalho.

Ainda persiste nas escolas um ensino de língua baseado na gramática normativa em que os estudos sobre o sistema da língua é a prioridade. Embora, as pesquisas em psicolinguística, sociolinguística e análise do discurso tenham construído possibilidades metodológicas de abordagem e ensino da língua numa perspectiva discursiva, ainda necessitamos de abordagens pedagogicamente mais adequadas em que os livros didáticos as incorporem.



Esse mesmo professor de língua portuguesa que privilegia em suas aulas, de forma consciente e explícita, uma atitude de ensino normativa pode, fora dos contextos mais controlados de expressão oral, não manter o mesmo padrão de uso linguístico. Evidentemente que isso é normal e todos os falantes procuram adaptar sua linguagem aos contextos de uso que podem ser formais ou informais. É sabido que todos os falantes têm sua variedade específica de fala, ou, o que se convencionou de idioleto. Sabe-se que mesmo numa mesma família os falantes não falam igual.

É essa, em princípio, a nossa preocupação nesse trabalho. Ou seja, dentro da sala de aula, que é considerado um ambiente que pode em alguns momentos apresentar usos mais formais do que informais, pretendemos verificar se esse mesmo professor que conscientemente cobra o uso normativo da língua, mantém esse padrão de uso em contextos comunicativos não formais. Para observar esse comportamento, optamos por analisar o paradigma pronominal como referência de análise.

Para levar adiante esse estudo, pesquisamos dois grupos de sujeitos. Um de professores de português e outro, de professores de outras disciplinas. Postula-se que o professor de português, mesmo em contextos informais mantenha um uso pronominal próximo de padrão, enquanto, os demais professores que não têm um compromisso explícito de ensino da língua, apresentem ou reproduzam mudanças no paradigma pronominal.

As pesquisas na perspectiva sociolinguística defendem que os processos de variação são inerentes ao sistema linguístico. Ou seja, as línguas são heterogêneas (MOLLICA e BRAGA, 2007), e essa heterogeneidade pode ser explicada a partir das várias normas, tais como o uso de toda uma região - normas regionais, - do uso de diferentes classes socioeconômicas – normas sociais -, dos usos em família – normas familiares -, dos usos típicos de certas profissões – normas profissionais -, dos usos das gerações – normas etárias (AZEREDO, 2008, p. 61).

Alguns estudos relacionados ao emprego pronominal na região sul tornaram-se referência na literatura linguística. Destacamos o trabalho realizado por Vandresen (2000), em que demonstra a sobrevivência do pronome “tu” sujeito, com ou sem concordância. Também o estudo de Abreu (1987) indica que no Paraná é categórico o uso do pronome “você”, mas com a sobrevivência do possessivo “teu”, “tua” e do clítico “te” associado a você, ao passo que “seu” ou “sua” ocorre, principalmente, combinado com o tratamento “senhor(a)”. No mesmo estudo, o autor menciona que em Florianópolis, há um sistema básico de três níveis de formalidade – “tu” informal,



íntimo, solidário, “você” mais formal e “senhor(a)” formal e respeitoso. Em Curitiba não ocorre o uso de “tu”, mas além do pronome “você” (informal) e senhor(a) (formal) ocorre uma forma intermediária, sem o uso de pronome de tratamento (pronome zero), quando o emissor fica em dúvida entre tratamento formal e informal.

Loregian (1996) também confirmou estudos anteriores como os de Abreu (1987) em que não se constata o uso do pronome “tu” em Curitiba. No entanto, os dados de sua pesquisa revelaram elevado uso do pronome “tu” em Porto Alegre e Florianópolis, em que 18 e 11 informantes, respectivamente, usaram somente “tu” ao longo de toda a entrevista e os demais usaram “tu” alternativamente com “você” e “senhor(a)”. Isso significa que o pronome “tu” ocorreu em todos os 24 informantes destas duas cidades.

Um exemplo concreto para nós, brasileiros, é a mudança que se observa no paradigma flexional do português. Diversos estudos, conforme encontramos em Kato (1993), Duarte (1993), Figueiredo Silva (1998) e Loregian (1996) colocam em evidência que o paradigma flexional do português brasileiro demonstra estar em transformação, conforme demonstra a estrutura verbal a seguir:

Eu canto
Você canta (em alguns dialetos: tu cantas; em outros: tu canta)
Ele canta
A gente canta (nós cantamos, ou nós canta)
Vocês cantam
Eles cantam

Embora as mudanças do paradigma flexional do português sejam evidentes, as gramáticas continuam apresentando o paradigma tradicional da flexão verbal sem fazer, muitas vezes, a devida reflexão de que a língua muda no tempo e as variantes novas competem ou concorrem numa dinâmica constante de renovação do sistema linguístico.

Diante disso, formulamos alguns questionamentos que orientam nossa pesquisa. Fora da escola, ou da sala de aula, em que o contexto de uso linguístico do professor de português é mais controlado ou formal, o professor de língua continua sendo um usuário de perfil formal ou ele apresenta as mesmas recorrências em nível de variação como os demais usuários? Do mesmo modo, os professores que não ministram Língua Portuguesa mantêm o padrão pronominal tradicional ou também produzem as variações recorrentes dos falantes comuns?



Muitas vezes, o professor de língua portuguesa é visto como um juiz, isto é, aquele que fiscaliza se os falantes ou locutores desempenham o bom uso da língua. Os alunos também reagem se os professores que não são da área de língua portuguesa corrigirem seus textos ou a sua fala, afirmando que “eles” não são professores de português, logo, não lhes cabe cobrar se estão falando ou escrevendo adequadamente.

2 O PROFESSOR E A CONCEPÇÃO DE ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA

A concepção de ensino de língua portuguesa no ambiente escolar depende do posicionamento que o professor assume diante das teorias linguísticas. É por isso que os cursos de atualização dos professores de ensino da língua são importantes, devendo-se considerar que à medida que as pesquisas linguísticas evoluem, progressivamente vão sendo ou deveriam ser incorporadas aos livros didáticos as novas concepções de língua.

A par do volume de pesquisas realizadas pela linguística, o ensino desenvolvido nas escolas ainda baseia-se em larga medida na gramática normativa ou tradicional. Todos nós sofremos um forte impacto ao ingressarmos na escola, pois, passa-se a perceber que a língua que falamos passa a ser refletida em termos de “está certo” e “está errado”. O aluno tem o conhecimento intuitivo da língua, pois, internalizou usos ou variedades que muitas vezes não são as que a escola valoriza. É nesse momento que o papel do professor é importante ao refletir sobre as variedades, os contextos comunicativos apropriados e culturais dos falantes.

O próprio professor de língua portuguesa deve ter essa consciência de que ele não mantém sempre o mesmo nível formal na oralidade, seja na sala de aula ou em outras situações do cotidiano. Isso ocorre porque todos nós temos a nossa variedade particular. Nesse sentido, o relato de um professor de história entrevistado é ilustrativo: “Eu acho que é importante conhecer a língua padrão, não desmerecendo a língua coloquial, desde que haja comunicação e que haja a adequada interpretação do que o aluno quer dizer”.

Pouco a pouco, os livros didáticos trazem a contribuição dos estudos da variação linguística contribuindo para desmistificar o que é “certo” ou “errado” em língua. É papel da escola considerar as variedades linguísticas que circulam no ambiente escolar, oriundas de diferenças sociais e culturais. Isso significa que o professor deve estar consciente dos critérios de adequação e inadequação em língua.



Bagno (2008) observa que o preconceito linguístico “está ligado, em boa medida, à confusão que foi criada no curso da história entre língua e gramática normativa”. Desse modo, é possível perceber que não existe uma unidade da língua, ou que a língua portuguesa é difícil porque devemos falar como escrevemos, pois se fala de uma forma viva, dinâmica e que está em movimento, enquanto se escreve através de um método pré-estabelecido, a gramática normativa.

Para mudar essa concepção de que a gramática é um fim em si mesmo é preciso que os professores e a escola tenham consciência de que a gramática é um instrumento pedagógico, uma forma de sistematizar o conhecimento objetivo das regras do código linguístico.

Diante disso, percebe-se que é importante que todos na escola tenham consciência da importância do projeto pedagógico escolar. Todos os professores da escola devem ter responsabilidade com a aprendizagem da língua, embora a responsabilidade explícita seja do professor de língua portuguesa.

3 O PROFESSOR, OS NÍVEIS DE LINGUAGEM E OS CONTEXTOS DISCURSIVOS

Muitas vezes o professor de português é visto como se fosse um juiz que julga o que é o bom ou o que é o mau uso, na expressão oral ou escrita. Por isso, nessa seção é importante diferenciar que em língua convivem duas modalidades com dinâmicas bastante diferentes, quais sejam, a oralidade e a escrita. A capacidade da fala foi desenvolvida há cerca de 40 mil anos, enquanto a escrita é uma invenção recente, tendo surgido por volta de 5000 anos a.C. na Mesopotâmia.

A modalidade oral é espontânea e, sobretudo fragmentada, por ser criada no momento da fala. A expressão oral não requer um planejamento com elaboração mais aprofundada como fazemos quando escrevemos um texto. Quando falamos adotamos, com frequência, o uso de marcadores conversacionais tais como, “né, tá, sabe, daí, então”, ou repetições de palavras no interior do discurso “eu, eu, eu, bem, bem”. Sabemos que isso é próprio da dinâmica da comunicação oral que ocorre em qualquer língua em situações de uso informal ou distenso.

Como podemos observar, a relação existente entre a linguagem oral e a escrita é muito estreita, existindo diferenças marcadas e peculiares quando confrontamos as características do material escrito com as produções orais. Também é importante



observar os processos que estão envolvidos nestas duas situações de produção. É sabido, por exemplo, que a linguagem oral para ser compreendida pode valer-se, para sua compreensão, da prosódia; já na língua escrita não dispomos deste mesmo recurso. Do mesmo modo, devemos sublinhar que na linguagem falada o contexto é comum aos falantes e ouvintes, fator que facilita a compreensão da mensagem. Além disso, qualquer sistema de escrita apresenta a complexidade das construções sintáticas que é sem dúvida um complicador em relação à linguagem falada.

Por outro lado, a modalidade escrita é mais planejada do que a modalidade oral porque o redator pode reescrever o que produziu várias vezes a fim de estruturar e sistematizar melhor o que deseja comunicar. O ato de re-Escrever exercita a arte de pensar, aprimora o estilo, pois quando o redator confronta frases e parágrafos e percebe que a coesão e a coerência não são boas retoma o texto e revê os desvios corrigindo-os. Os professores precisam conscientizar os alunos para que reconheçam cada uma destas modalidades e incentivá-los a se adequarem às exigências de cada modalidade.

A este propósito desenvolveu-se o conceito de letramento como uma forma de responder às demandas das sociedades contemporâneas, compreendendo o uso da leitura e da escrita como efetiva prática social. Se alfabetizar significa orientar a criança para o domínio da tecnologia da escrita, letrar significa levá-la ao exercício das práticas sociais de leitura e escrita. Uma criança alfabetizada sabe ler e escrever; uma criança letrada é uma criança que tem o hábito, as habilidades e até mesmo o prazer de leitura e de escrita de diferentes gêneros de textos, em diferentes suportes, contextos e circunstâncias.

Podemos dizer que existem níveis de expressão verbal. Pode-se fazer uso da comunicação verbal de uma maneira formal, dependendo do contexto onde os falantes se encontram (solenidades, reuniões, aulas inaugurais etc.), bem como um tipo de oralidade informal que se dá na relação espontânea entre as pessoas no cotidiano.

A escola deve qualificar os alunos para que reconheçam cada uma destas modalidades capacitando-os a adequarem sua linguagem às exigências do contexto sociocomunicativo. Tanto a modalidade oral quanto a escrita são meios de comunicação verbal. Contudo, a modalidade oral deve ser considerada como um dos meios que possibilita a sobrevivência do indivíduo e da espécie, obedecendo a um imperativo social e cognitivo (SCLIAR-CABRAL, 2003).



Para Scliar-Cabral (2003) o desconhecimento da modalidade escrita não condena nenhum indivíduo ou grupo à extinção física, embora nas sociedades letradas, coexista com a marginalização e/ou a pobreza e/ou explorado e com limites para o exercício da cidadania. Numa sociedade que valoriza sobremaneira a escrita é fundamental conhecê-la e dominá-la para poder ter acesso à rede de conhecimentos construídos pela humanidade.

Uma das razões principais pela qual os sistemas oral e escrito servem à função comunicativa é o fato de os membros de uma mesma comunidade atribuírem os mesmos valores às unidades (fonológicas, morfológicas, sintáticas) que estão sendo processadas. Sendo assim, embora na palavra “porta”, cuja representação fonológica é /poRta/, o fonema /R/ seja realizado de forma muito diferente, dependendo da variedade sociolinguística à qual pertença o falante, os falantes do português do Brasil lhe atribuem um valor que lhes permite reconhecer e recuperar o sentido de abertura móvel ao nível do solo, que permite a entrada e a saída, ou peça que gira e fecha a abertura de móveis: sejam quais forem as variantes determinadas pelo contexto fonético circundante e/ou geográfico e/ou social e/ou individual, as pessoas pertencentes a uma mesma comunidade linguística, intercambiam mensagens orais inteligíveis, a não ser que pertençam a universos especializados. O mesmo é verdade para a modalidade escrita: não importa quão diversificado seja o manuscrito, que permite até a identificação do autor, sua funcionalidade permanece inalterada graças aos princípios que tornam possível o reconhecimento da palavra: os valores atribuídos a estes signos pelos membros pertencentes à mesma comunidade linguística devem ser os mesmos e isto torna a comunicação viável (SCLIAR-CABRAL, 2003).

O professor de língua portuguesa ao mesmo tempo que é visto como alguém que fala e escreve bem, também passa a ser cobrado pelos próprios alunos. Se em algum momento proferir alguma palavra de modo inadequado ou escrever uma palavra errada, imediatamente será corrigido pelos alunos. Por outro lado, se a mesma atitude ocorrer por parte de um professor de outra disciplina é bem provável que ninguém se manifeste. Um professor de matemática, por exemplo, é bem provável que não seja cobrado por falar ou escrever de maneira incorreta, pois, não ele não a responsabilidade explícita de usar corretamente a língua portuguesa.

Segundo Faraco e Tezza (1991) todo falante de uma língua fala de acordo com um sistema de regras em boa parte comum a seus interlocutores. Diante disso, nos perguntamos o porque aprendemos como regra, apenas a língua compreendida como



padrão, ou seja, aquela pela qual os autores consideram como a forma linguística que as gramáticas pedagógicas, normativas, tentam descrever e sistematizar.

O professor deve entender que a escola precisa sim, respeitar as variedades, mas deve também, entender que essa mesma escola tem a tarefa de tornar esse aluno competente nas modalidades padrão e/ou culta. Isso é fundamental porque trata-se de participar nas diversas instâncias da vida social.

4 ENSINO DE LÍNGUA E PRECONCEITO LINGUÍSTICO

Os estudos de Bagno (2006) a respeito do preconceito linguístico são contundentes. Segundo o autor, esse tipo de visão sustenta-se na confusão criada entre língua e gramática normativa. A gramática normativa não é a língua, mas a descrição parcial dela. Essa descrição é, portanto, parcial já que todas as outras variações linguísticas não são descritas pela gramática normativa. Para Cagliari (1999), a gramática normativa era, em seu princípio, a gramática descritiva de um dialeto. Depois a sociedade fez dela um corpo de leis para reger o uso da linguagem passando, por isso, a ser valorizada tornando-se como norma de prestígio.

Um dos principais pilares de sustentação do preconceito linguístico é o ensino escolar por valorizar a língua padrão, aceita como a língua oficial das instituições sociais. Dessa forma, eliminam-se os demais dialetos. Desse modo, a escola tem contribuído de maneira decisiva na construção do preconceito, pois veicula a norma considerada oficial. O círculo vicioso do preconceito linguístico se mantém pela união de três elementos: a gramática tradicional, os métodos tradicionais de ensino e os livros didáticos.

Na escola, o ensino da língua confronta-se com duas perspectivas distintas: a doutrina gramatical tradicional, surgida no mundo helenístico no século III a.C., e a linguística moderna, firmada como ciência autônoma no final do século XIX e no início do século XX. Na medida em que se tem consciência de que a escola, na grande maioria dos casos, desprestigia e elimina o dialeto usado pelo aluno e contribui na formação de cidadãos que considera os demais dialetos como não prestigiados ou inferiores. Essa atitude é geradora do preconceito social. As pessoas que não dominam a variedade padrão acabam acreditando que falam “errado”.

A partir da concepção variacionista de que a língua é “um conjunto de variedades”, conforme Tezza e Faraco (1991) pretendemos investigar se os professores



de língua portuguesa e de outras disciplinas reproduzem o paradigma pronominal tradicional (eu, tu, ele, nós, vós, eles), ou, se as inovações pronominais (eu, tu, você, nós, a gente, vocês, eles) fazem parte de seus usos num contexto de fala natural.

As pesquisas sociolinguísticas empreendidas ao longo de mais de vinte anos têm contribuído para compreender com melhor propriedade a dinâmica da mudança linguística. As obras de Tarallo (2001), Mollica et al. (1992) e Labov (2008) são subsídios fundamentais para entender porque é necessário desmistificar uma certa prática linguística que pode acabar por reforçar o preconceito linguístico.

5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os procedimentos adotados para essa pesquisa são de natureza quantitativa. Utilizou-se para a coleta dos dados, a técnica da entrevista, mediante agendamento prévio com os sujeitos pesquisados. A entrevista consistiu em uma interação espontânea com a duração média de 10 minutos. O professor deveria relatar sua experiência de profissional e os desafios encontrados na profissão de professor de língua portuguesa ou de outras disciplinas.

A entrevista previa um roteiro de cinco (5) perguntas. Portanto, os entrevistados responderam basicamente ao mesmo número de perguntas, ou seja, cinco (5) para obedecer a um padrão médio de dados. A estratégia adotada de ter grupos diversos tinha o objetivo de analisar se o comportamento linguístico dos entrevistados poderia ser diferente ou não, tendo em vista um grupo ser especificamente de Língua Portuguesa e o outro grupo que não é específico dessa área.

A pesquisa foi aplicada para dois grupos de sujeitos assim divididos: o primeiro grupo é formado somente por professoras de português. A média de idade é de 34 anos. O segundo grupo é formado por professores de outras disciplinas, sendo (9) homens e (4) mulheres. A média de idade desse grupo é de 36 anos.

6 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A seguir, apresentamos a análise e a discussão dos resultados dos grupos pesquisados. Na primeira tabela apresentamos os dados recolhidos das entrevistas dos professores de língua portuguesa.

Tabela 1: Empregos pronominais dos professores de língua portuguesa: “tu vs. você” e “nós vs. a gente”.

Prof. Port	Tu	Você	Nós	A gente
S1	5	4	5	26
S2	0	9	15	6
S3	0	11	17	8
S4	0	5	10	3
S5	6	40	6	9
S6	3	8	1	17
S7	0	0	0	6
S8	4	15	5	7
S9	1	3	1	13
S10	0	0	5	4
S11	0	2	2	7
S12	0	6	1	1
S13	1	3	2	5
Total	20	106	70	112
%	15,87	84,41	38,46	61,53

Como podemos constatar no emprego pronominal “tu vs. você” predomina significativamente o uso do pronome “Você”. É um dado que merece uma análise cuidadosa porque as pesquisas conhecidas revelam que os falantes gaúchos, sobretudo os de Porto Alegre, usam predominantemente o pronome “Tu”. Os nossos dados recolhidos, na região noroeste do Rio Grande do Sul, não revelam essa predominância de uso do pronome “tu”.

Já o emprego pronominal “nós vs. a gente” revela uma situação curiosa, pois esperava-se que os professores de português, habituados a ensinar aos alunos o emprego da norma padrão ou culta, produzissem de uma forma mais saliente o emprego do pronome “nós”, considerado o emprego mais tradicional. No entanto, o pronome “a gente”, considerada uma forma não padrão, apresenta uma significativa tendência de uso entre o grupo pesquisado.

A seguir, apresentamos os dados recolhidos das entrevistas dos professores de outras disciplinas, as quais revelam as variações linguísticas observadas em cada sujeito.

Tabela 2: Empregos pronominais dos professores de outras disciplinas: “tu vs. você” e “nós vs. a gente”.

Outros	TU	Você	Nós	A gente
S1	68	0	4	5
S2	0	0	1	7
S3	0	5	1	7
S4	8	3	0	3
S5	0	3	13	0
S6	4	22	0	1
S7	12	5	0	2
S8	1	9	19	23
S9	0	0	5	18
S10	0	0	0	2
S11	0	7	0	1
S12	0	0	3	15
S13	0	1	2	8
Total	93	54	46	84
%	63,26	36,73	35,38	64,61

Os dados da tabela 2 mostram uma situação bem particular, em que um falante, o sujeito 1, cuja procedência é da cidade de Santa Maria, produz em sua entrevista 68 vezes o pronome “Tu”. Se o sujeito (1) for excluído por desequilibrar a nossa análise e produzir um “viés”, os percentuais ficam no mesmo patamar da tabela 1.

No mesmo grupo existem 8 sujeitos que não utilizam esse pronome o que é um dado significativo. O pronome “você” é utilizado por 29,23% dos sujeitos entrevistados. O emprego dos pronomes “nós” vs. “a gente” mostra o mesmo comportamento verificado na tabela 1, em que há uma predominância da forma não padrão “a gente”.

Os dados revelam que os professores de língua portuguesa demonstram maior consciência dos usos linguísticos, enquanto não se observa o mesmo nos professores de outras disciplinas. O depoimento do sujeito 3, do grupo dos professores de língua portuguesa, pode nos dar uma ideia de sua percepção em relação às formas prestigiadas e não prestigiadas da língua:

“Também é uma coisa que a gente tenta fazer em aula, em que ambiente você está, com quem você está falando, ã que situação você está se comunicando, pra que eu consiga adequar a minha fala àquela situação. Por exemplo, agora eu estou falando contigo, eu ESTOU tentando usar os verbos corretos, os plurais corretos, e numa situação que se você desligar esse aparelhinho eu não tentarei usar os ésses e érres nos finais das palavras como eu TÔ, como eu ESTOU tentando nesse momento”.



Observamos nessa fala, a consciência metalinguística do entrevistado. Ele observou o que é a adequação da língua ao contexto. Em outro trecho de entrevista, o sujeito 1, do grupo dos professores de português assim se expressa:

A linguagem é como um guarda-roupa, se você vai pra uma festa de gala, você vai usar um vestido, se vai ficar em casa tu vai ficar com outra roupa. Então a linguagem eu acredito que é assim, se você vai se comunicar com teu amigo, parcerero que é próximo, tu fala de qualquer jeito né, falas assim normal, ã..., eu, por exemplo, sou professora de português eu já tenho que ter um certo cuidado com a linguagem, né mas também não tanto que os meus alunos que são jovens, adolescentes não entendam.

Na conversação informal, mesmo os professores de português, dos quais se esperaria um uso mais recorrente da norma padrão acabam por produzir aquelas variações que são de uso corrente.

7 CONCLUSÕES

Quando iniciamos a aprendizagem da leitura e escrita o seu processo é consciente. Quando a criança aprende a ler precisa compreender o princípio da correspondência alfabética. Aos poucos ela automatiza os processos de leitura conseguindo ler de modo proficiente. Portanto, a leitura passa de um processo consciente de codificação e decodificação. O objetivo de analisar a expressão oral dos professores de Língua Portuguesa e professores de outras disciplinas suscita análises não apenas em nível sociolinguístico, mas, fundamentalmente psicolinguístico e matacognitivo. Ou seja, é preciso levar em conta o fato de que nem sempre os profissionais que trabalham no ensino, quando se comunicam, pensam sobre a própria linguagem. Espera-se que determinados profissionais, tais como professores, sobretudo os da área de língua portuguesa, radialistas, jornalistas, advogados empreguem uma linguagem, caracterizada segundo Vanoy, (1980) de mais cuidada, isto é, uma linguagem que se aproxima da norma padrão

É certo que os contextos de comunicação são variáveis (roda de amigos, sala de aula, bar, em casa, estúdio de TV, conferência, conversas com pessoas desconhecidas ou conhecidas) que interferem na nossa modalidade ou nível de expressão verbal. O que nossa pesquisa pretendeu verificar foi, se de fato, o comportamento dos professores de



português são afetados pelos processos de variação pronominal e em que medida são propensos a manterem ou não o paradigma verbal tradicional independente do contexto de comunicação. É por isso que foram realizadas entrevistas em ambiente natural, sem, o informante saber que sua linguagem estava sendo controlada nessa perspectiva. Sabemos que a metodologia sociolinguística tem o objetivo de detectar os indícios de variação na língua falada em contextos naturais de fala.

Concluimos que para renovar as práticas de ensino de língua portuguesa numa perspectiva que considere as variedades linguísticas faz-se necessário uma mudança de atitude das universidades que formam os professores, das editoras que comercializam os livros didáticos, da própria escola, dos professores e da mídia em geral. Conforme indica Bagno (2006), querer cobrar, hoje em dia, a observância dos mesmos padrões linguísticos do passado é querer preservar, ao mesmo tempo, ideias, mentalidades e estruturas sociais do passado.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, M. T. dos S. **Formas de tratamento**: dialeto urbano e rural em Curitiba. Florianópolis: UFSC, 1987. Dissertação de mestrado inédita.

AZEREDO, J. C. de. **Gramática Houaiss da Língua Portuguesa**. São Paulo: PUBLIFOLHA, 2008.

ALKMIN, M.T. **Sociolinguística**. In: MUSSALIN, Fernanda e BENTES, Anna Christina. **Introdução à Linguística** – domínios e fronteiras. São Paulo: Cortez Editora, 2001.

BAGNO, M. **Gramática da língua portuguesa**: tradição gramatical, mídia e exclusão social. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2001.

_____. **Preconceito linguístico**: o que é, como se faz. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

FIGUEIREDO SILVA, C. M. **Inovações morfológicas no português brasileiro**. In: GRIMM-CABRAL, L. 7 GORSKY, E. (Orgs.). 14 tratificat e Ensino – reflexões para a prática pedagógica da língua materna. Florianópolis: Editora Insular, 1998.

FARACO, C. A.; TEZZA, C. **Prática de texto para estudantes universitários**. 12. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.



KOCH, I. **Inter-ação pela linguagem**. São Paulo: Contexto, 2006.

LABOV, W. **Padrões sociolinguísticos**. Sociolinguistics Patterns. São Paulo: Editora Parábola, 2008.

LOREGIAN, L. **Concordância verbal com o pronome “tu” na fala do sul do Brasil**. Florianópolis: UFSC, 1996. Dissertação de Mestrado inédita.

MOLLICA, M. C. (Org.). **Introdução à Sociolinguística Variacionista**. Cadernos. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1992.

MOLLICA, M. C.; BRAGA, M. L. **Introdução à Sociolinguística – o tratamento da variação**. São Paulo: Editora Contexto, 2007.

POSSENTI, S. **Por que (não) ensinar gramática na escola**. Campinas: ALB/Mercado de Letras, 1997.

SCLIAR-CABRAL, L. **Guia prático de alfabetização**. São Paulo: Contexto, 2003. 255 p.

_____. **Princípios do sistema alfabético do Português do Brasil**. São Paulo: Contexto, 2003. 263 p.

TARALLO, F. **A pesquisa sociolinguística**. Série Princípios. 7. ed. São Paulo: Editora Ática, 2001.

VANOYE, F. **Usos da Linguagem – problemas e técnicas na produção oral e escrita**. Martins Fontes: São Paulo, 2003.